

## A INTENSIVA NEOLIBERAL E OS IMPACTOS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

André Monteiro Moraes

*(Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: andre.monteiro063@gmail)*

**Resumo:** Este estudo é parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social pela UEPB e tem como objetivo discutir os impactos do neoliberalismo na política de educação a partir do desmonte das políticas sociais com a justificativa de contenção de gastos na área social. Propomos discutir a educação no modo de produção capitalista, a intensiva neoliberal na educação brasileira e fazemos um recorte sobre a diminuição de verbas do Governo Federal em vertentes da educação municipal e pública de Campina Grande – PB, a exemplos do Transporte Escolar, da merenda, do Novo Mais Educação e AEE. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, a partir de vivência em estágio na área de educação. Para tanto, utilizamos como metodologia o materialismo crítico-dialético. Concluímos que a educação no Brasil, apesar de sua tentativa de universalidade, com a intensiva neoliberal acaba distanciando-se da perspectiva de educação inclusiva, principalmente por essa ser uma área que também sofre com os ditames do capital e do credo neoliberal, sendo os seus usuários os maiores prejudicados.

**Palavras-chave:** Política de Educação. Neoliberalismo. Educação Inclusiva

### INTRODUÇÃO

Entender a complexidade da política de educação na contemporaneidade é desafiador, considerando esta numa sociedade em que o modo de produção regulador das relações sociais é o capitalismo. O caráter contraditório desse sistema econômico acentua a disputa entre os projetos das classes sociais e a educação, por sua vez, acaba sendo constituída como parte do complexo de dominação e controle ideológico do capital.

A conjuntura atual traz, em seu cenário social, uma série de características conflitantes no aparato estatal e nas políticas sociais. As estratégias de controle e reorganização da vida social da sociedade burguesa têm como marca visceral e ideológica o neoliberalismo, capaz de reconfigurar as políticas sociais e desresponsabilizar o Estado na área social. Por isso, repensar a educação e a sua função na sociedade vigente nos permite questionar a sua não concretude enquanto política pública universal, legalmente assegurada pela Constituição Federal de 1988.

Neste trabalho objetivamos discutir os impactos do neoliberalismo na política de educação, a partir do seu desmonte com a justificativa de contenção de gastos na esfera social, fomentando a valorização do mercado no âmbito

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

educacional. De tal forma, fazemos um percurso apresentando no item 2 as particularidades da educação no sistema capitalista; a intensiva neoliberal, enquanto conquista de espaço no cenário capitalista, na educação brasileira no item 3; e no item 4, propomos discutir a particularidade dos efeitos causados na educação municipal de Campina Grande – PB com a diminuição do repasse de verbas pelo Governo Federal em vertentes da educação básica como o transporte escolar, a merenda e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), Novo Mais Educação, entre outros; seguido das conclusões.

É importante destacar que esse estudo é um extrato do Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, pela Universidade Estadual da Paraíba, a partir da experiência do estágio na política de educação em consonância com as observações feitas durante esse período de formação em escola municipal.

Para tanto, foi utilizada no trabalho uma direção teórico-metodológica vinculada ao materialismo histórico-dialético, por entendermos ser o método utilizado por Marx, o que melhor possibilita a compreensão do real nas suas múltiplas determinações, aproximando o máximo possível da apreensão dos fenômenos objetivos, por ser necessário compreender o fenômeno em estudo numa perspectiva histórica. Esse estudo é parte de um esforço intelectual coletivo para a construção de uma visão crítica acerca das políticas educacionais da contemporaneidade.

## 2. A EDUCAÇÃO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

A concepção da política de educação só pode ser pensada sob o modo de produção capitalista; sistema econômico e regulador das relações sociais na atualidade. O processo de instituição da educação da esfera privada para a esfera pública leva a dois desdobramentos fundamentais: a) tornando-se regulada pelo Estado, a educação torna-se diretamente subordinada aos interesses da classe dominante; a saber, a burguesia. E, contraditoriamente: b) ao ser trazido para a esfera pública, a educação torna-se, ao mesmo tempo, “campo de disputa das classes sociais fundamentais, dada a própria natureza contraditória do Estado moderno” (ALMEIDA, 2007, p. 2).

Todavia, ainda que haja a rica e complexa contradição do caráter da educação, considerando-se a disputa de projetos das classes sociais, há que se entender que esta possui uma tendência predominante: a educação escolarizada

se constitui como parte do complexo de dominação e controle ideológico do capital. Ou seja, é parte fundamental das instituições que conformam a difusão de saberes e valores; não todo e qualquer saber, mas aqueles que servem à reprodução e manutenção do *status quo*.

Este caráter torna-se ainda mais acentuado dado às características contemporâneas do Estado e das políticas sociais. No processo de crises e contradições que a dinâmica do capital assume, as políticas sociais, e, dentre elas, a política de educação, passam por desmontes e precarizações. As estratégias de reorganização da vida social na sociedade capitalista acabam sendo intensificadas com a lógica da qualificação profissional, no que Brandão (2006) sinaliza como “preparação para o trabalho”, “adequadamente qualificada” e Behring (2003) chama de “passivização dos trabalhadores”, justificando que a lógica do insucesso profissional está na desqualificação do indivíduo.

Assim é que a educação se torna não apenas instrumento de controle ideológico, como passa, ela própria, por um processo de fetichização. Na medida em que se exacerba o individualismo, nos moldes neoliberais, exacerba-se também a compreensão de que, sendo responsabilidade do sujeito livrar-se da miséria e do desemprego, cabe a ele qualificar-se para tal enfrentamento. A educação seria, então, plataforma de transformação social. Essa concepção, amplamente difundida na sociedade, não é capaz de explicar, entretanto, porque no Brasil dos anos de 1990, a expansão do acesso ao ensino superior acompanhou o crescimento do desemprego (ALMEIDA, 2007); ou, ainda, que o desemprego entre brasileiros, atualmente, é maior entre os que têm mais anos de estudo<sup>1</sup>.

Desse modo, é inconcebível uma reformulação da educação sem uma transformação do quadro social, na qual a educação cumpra seu papel de mudança. Caso contrário, serão feitos alguns ajustes que têm como efeito apenas “corrigir os defeitos” da ordem estabelecida. A lógica do capital em instituir reformas educacionais e de depositar nelas a responsabilidade pelas necessárias transformações sociais, não passa de uma falácia, pois as determinações desse sistema são “irreformáveis” (MÉSZÁROS, 2008).

Compreendendo que enquanto a educação for hegemônica pelas classes dominantes, ou seja, for política pública do Estado burguês, os sistemas públicos serão mais dominados

---

<sup>1</sup> Segundo pesquisa do IBGE, publicada no ano passado, nas principais capitais e regiões metropolitanas o desemprego é maior entre as pessoas com onze anos de estudos ou mais. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2016/05/ibge-taxa-de-desemprego-tem-alta-em-todas-as-regioes-no-1o-trimestre-7703.html>. Acesso: 28/09/2017.

pelos interesses do capital. E, para Mészáros (2008), a educação formal acaba não sendo o meio de emancipação, mas sim de produzir conformismo e consenso.

Seguindo a lógica de produção de conformismo e consenso por parte do capitalismo através da educação formal que, embora, tenha-se a educação como direito social, classificada enquanto política pública, de qualidade, acessível, etc., pela legislação brasileira, por meio da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação<sup>2</sup>, ou do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>3</sup>, deve-se questionar as causas relevantes para a não concretude desse modelo de educação e quais as nuances que impedem essa efetivação no decorrer dos tempos<sup>4</sup>.

Tratar a política de educação apenas como um aparato legal, capaz de possibilitar o acesso universal àqueles que não tiveram a oportunidade de estudar, acaba tornando-se um dos maiores equívocos para quem pretende entendê-la. Devemos lembrar que ela, assim como as demais políticas sociais, faz parte de um grupo de necessidades inerentes à sociedade civil, que devem ser atendidas pelo Estado.

### 3. OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL EM CONTEXTO NEOLIBERAL

Em resposta a crise do capital<sup>5</sup>(nos anos de 1970, principalmente), o neoliberalismo foi ganhando espaço no capitalismo. Para Ferraro (2005) as receitas neoliberais insurgem contra a interferência crescente do Estado, particularmente no campo social carregando o ranço ideológico típico de um profundo pessimismo, de cunho fundamentalista, que busca na naturalização do social a legitimação da sua segregação. Processo seletivo este decorrente da entrega do social às leis do livre mercado “bestializando” suas relações, por vezes justificadas pelos mentores liberais como melhor maneira de atingir o crescimento econômico para se chegar à modernização em resposta às exigências da globalização. Löwy (1999) classifica o neoliberalismo como uma de suas características principais a “sacralização” do mercado. Isso faz com que novas necessidades surjam como a desregulação financeira e a flexibilização das relações e condições de trabalho.

---

<sup>2</sup> Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 9394/96

<sup>3</sup> Lei Federal – 8.069/90.

<sup>4</sup> Nossa intenção não é fazer um mapeamento sócio histórico da política de educação, mas tentar justificar o porquê que ela ainda não é acessível a todos que dela necessitam, tampouco capaz de transformar uma sociedade, consubstancialmente.

<sup>5</sup> Para solução parcial da crise capitalista o neoliberalismo visa reconstituir o mercado reduzindo ou eliminando a intervenção estatal. O mercado torna-se maior instância de regulação e legitimidade social (MONTAÑO, 2002, p. 54).

O neoliberalismo está associado com os programas de ajuste estrutural (TORRES, 2009 apud LOMNITZ, 1991) e sua adesão no Brasil, na década de 1990, significou uma nova forma de regulação social no campo das políticas sociais marcado com medidas econômicas reformistas para que o país saia das crises econômicas (crises tidas como resultado de gastos excessivos com políticas sociais) ou atinja o seu crescimento. Tais mudanças são melhores esclarecidas quando atreladas ao conceito de contrarreformas do Estado, pois veem nas privatizações a solução para a economia do país, impactando o cenário das políticas sociais, destituindo-as<sup>6</sup>.

A influência direta do neoliberalismo na educação a coloca como uma posição de estratégia de regulação e controle social (PACIEVITCH, 2008). Esse tipo de intervenção tem como vista servir aos propósitos empresariais e industriais. De um lado, atrelam a educação institucionalizada aos objetivos de preparação para o mercado, intensificando o fazer das escolas para a competitividade do mercado nacional e internacional. De outro lado, há um esforço de alteração de currículo para a preparação não só do local de trabalho, mas para a aceitação dos estudantes aos ditames do credo liberal.

No que concerne à reprodução da lógica da competição e as regras do mercado, educacional nesse sentido, é buscada uma eficiência pedagógica na intensiva eficácia dos resultados da produtividade, pedagogia essa, que tem sido levada a efeito:

a) a adoção de mecanismos de flexibilização e de diversificação dos sistemas de ensino e das escolas; b) a atenção à eficiência, à qualidade, ao desempenho e às necessidades básicas de aprendizagem; c) a avaliação constante dos resultados (do desempenho) obtidos pelos alunos, resultados esses que comprovam a atuação eficaz e de qualidade do trabalho desenvolvido na escola; d) o estabelecimento de rankings dos sistemas de ensino e das escolas públicas ou privadas, que são classificadas/desclassificadas; e) a criação de condições para que se possa aumentar a competição entre as escolas e encorajar os pais a participar da vida escolar e escolher entre várias escolas; f) a ênfase sobre a gestão e a organização escolar, com a adoção de programas gerenciais de qualidade total; g) a valorização de algumas disciplinas – Matemática e Ciências – por causa da competitividade tecnológica mundial, que tende a privilegiá-las; h) o estabelecimento de formas inovadoras de treinamento de professores, tais como educação a distância; i) a descentralização administrativa e do financiamento, bem como do repasse de recursos, em conformidade com a avaliação do desempenho; j) a valorização da iniciativa privada e do estabelecimento de parcerias com o empresariado; l) o repasse das funções

<sup>6</sup> As políticas sociais, com o neoliberalismo, perdem o sentido de direito e adota um viés solidário mercantilizando a vida social, prevalecendo o trinômio “privatização, focalização e descentralização” (BEHRING & BOSCHETTI, 2007, p. 156).

do Estado para a comunidade e para as empresas (LIBÂNEO, OLIVEIRA & TOSCHI, 2003, p. 112).

Para Silva, Gonzalez & Bruguier (2009) (apud Haddad 2003) uma das grandes questões que surgem nos debates sobre a educação, para a Organização Mundial do Comércio (OMC), é a própria concepção de educação, uma vez que é vista como um “serviço” perdendo a sua dimensão de direito social. Neste caso a educação passa a ser mercantilizada sem suprir as demandas da sociedade, tornando as políticas mais focalizadas, paternalistas e sem qualidade.

O Brasil é um caso exemplar, pois a discrepância entre o desenvolvimento alcançado em algumas áreas e a ruína do sistema escolar, refletida nos padrões de escolaridade vergonhosos encontrados na população, seria um exemplo gritante da incapacidade do Estado responder minimamente a anseios e necessidades educacionais (COSTA, 2009, p. 43).

Essas políticas acabam tendo como receituário o empreendedorismo, a igualdade de oportunidades, combate à pobreza, desenvolvimento sustentável, capital humano, defendendo o equilíbrio entre mercado e Estado, intensifica também, o desmonte da educação pública e de qualidade inteiramente subordinados aos ditames do capital.

Neste caso, há educações desiguais para classes desiguais e há interesses divergentes sobre a educação. Nenhuma das medidas adotadas nessas últimas décadas surtiu efeito, pois não se resolvem os problemas estruturais da sociedade capitalista, muito menos as condições de trabalho e reprodução social da classe trabalhadora.

#### 4. A INTENSIVA NEOLIBERAL E OS IMPACTOS NA “EDUCAÇÃO INCLUSIVA”: UMA PARTICULARIDADE NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - PB

A garantia da educação pública como direito de todos e dever do Estado, no Brasil, não significou o fim das desigualdades no sistema de ensino. Muito pelo contrário, a oferta de escolaridade dada aos brasileiros não foi capaz de alterar esse quadro desigual. O Estado, embora tenha expandido o acesso à educação, não criou condições para essa garantia com qualidade e igualdade de oportunidades. As condições mínimas nem sempre são levadas em consideração, como o deslocamento das crianças para a escola, a merenda escolar, a própria infraestrutura do espaço educacional, o quadro-de docentes e funcionários, e as necessidades educacionais especiais dos alunos.

O Programa de Educação Inclusiva é uma iniciativa do Governo Federal com a finalidade de

incluir pessoas com necessidades especiais educacionais ou com distúrbios de aprendizagem nas escolas da rede municipal de ensino, a fim de participarem do processo de socialização dos mesmos. Sua perspectiva partiu da necessidade de inserção dessas pessoas nas diversas áreas sociais, com o intuito de minimizar as diferenças existentes entre àquelas que apresentavam necessidades especiais dos demais estudantes. Com isso, o MEC em 2003, implementa o Programa de Educação Inclusiva, com o intuito de apoiar a transformação no sistema educacional brasileiro promovendo, também, a formação de gestores e educadores.

Nas escolas inclusivas, independente dos documentos nacionais e internacionais, as crianças que apresentem necessidades educacionais devem receber todo apoio extra para garantir uma educação eficaz<sup>7</sup>. Pois esse é o meio para formar solidariedade entre crianças com necessidades educacionais especiais e seus colegas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1997, P. 12). Contudo, numa sociedade regida pelo credo da competitividade, impelido pelo sistema vigente, que se valoriza o êxito acadêmico, o rendimento quantitativo e a capacidade para competir, pouco se pode difundir os valores de cooperação, solidariedade e respeito, por exemplos.

Nesta perspectiva, a educação inclusiva, supõe a construção de uma nova sociedade, uma sociedade inclusiva. A educação inclusiva, tomada como um dos determinantes para a construção de uma sociedade inclusiva, expressa-se na seguinte premissa: educação para todos é, pois, a possibilidade de se ter uma sociedade para todos (ROSS, 2000, p. 50).

Segundo Witze & Silva (2016, p. 373)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) se situa dentro do movimento mundial pela educação inclusiva, que constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, na indissociabilidade entre igualdade/diferença e na superação da exclusão dentro e fora da escola (GARCIA; MICHELS, 2011). A partir de uma análise preliminar da história da educação especial no Brasil, que abarca a trajetória das políticas públicas na área e um diagnóstico da situação atual (com base em dados do Censo Escolar e indicadores agrupados por nível/modalidade de ensino), o documento propõe uma ruptura em relação ao modelo integracionista, a partir da proposição de uma série de metas e diretrizes.

Embora o cenário brasileiro volte-se para a educação inclusiva<sup>8</sup>, nos últimos tempos, os indicadores educacionais brasileiros mostram que apesar de a educação estar caminhando

<sup>7</sup> A Resolução da CNE/CEB nº 2/2001, no art. 2º, define que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

<sup>8</sup> Plano Nacional de Educação, Lei nº. 10.172/2001 mostra que uma escola inclusiva deve garantir o acolhimento da diversidade humana; Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores da Educação Básica, na Resolução CNE/CP nº 1/2002, determina que as IES incluam a formação de docentes para o acolhimento à

em relação à sua universalização, algumas lacunas presentes no ensino infantil, principalmente, precisam ser analisadas. Os problemas identificados como produto da intensiva neoliberal, vinculadas às contradições do sistema capitalista, enfrentados pelas escolas municipais, sustentam-se na falácia de que a melhor maneira para o país sair da crise econômica é evitando gastos desnecessários com as políticas sociais, pois a prática da benevolência é capaz de surtir efeito nos problemas sociais do Brasil.

Mapeando a distribuição de recursos do Governo Federal para os estados, pelo próprio ministério da educação, contradiz-se o discurso governamental, que vemos nos programas comerciais, acerca da ideia de que o investimento financeiro na política de educação está sendo favorável. Das liberações para a educação do estado da Paraíba, por exemplo, identificamos que no Município de Campina Grande, situada na mesorregião do agreste paraibano, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) repassou em 2016, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para a prefeitura, proporcionando a distribuição dessa verba ao Ensino Infantil (pré-escolas e creches), Ensino fundamental (I e II), Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Atendimento Educacional Especializado (AEE) e ao Programa Mais Educação o “montante” de um pouco mais de R\$3,3 milhões. Contudo, no ano posterior, em 2017, para esses mesmos segmentos o repasse caiu em R\$ 3,2 milhões, conseqüente, impactando na promoção e qualidade da merenda escolar.

Importante notar que a população usuária da educação pública é majoritariamente pobre, e boa parte dessas crianças têm na merenda escolar um complemento alimentar ou a única forma de alimentação. Não obstante, também o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), teve seu repasse financeiro ao município de Campina Grande diminuído. Em 2016 a liberação de R\$ 31.343, 20 mil para o ensino infantil e R\$ 218.693,30 mil para o ensino fundamental chegou em 2017 com R\$ 31.074,75 mil e R\$ 209.480,40 mil, respectivamente. Ainda que a redução seja bem menor, em relação à alimentação escolar, não deixa de causar impactos no corpo discente do município influenciando no rendimento, no

---

diversidade e atendimento especializado, na grade curricular; Além da implementação das Decreto nº 5.296/04 reforçando normas e critérios para a inclusão (com as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00); Decreto nº 6.094/2007 regulamentando a garantia do ingresso e permanência dos alunos com necessidades especiais educacionais na escola pública; entre outros.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br  
**www.cintedi.com.br**

desinteresse de aprendizado, na evasão escolar, nos problemas com disciplina entre outros, considerados como desdobramentos das expressões da questão social (CFESS, 2001)<sup>9</sup>.

## CONCLUSÕES

Segundo a lógica contraditória da ideologia burguesa, a educação é o principal meio para poder acabar com as desigualdades sociais, ela é o caminho para superação dos males da sociedade. Contudo, sabemos que as debilidades da política de educação, sobretudo do ensino básico, estão cada vez mais nítidas, pois nos deparamos com a falta de investimento por parte do Estado, incapaz de atingir o básico daquilo que se possa avaliar como sucesso para uma “educação de qualidade”.

As últimas décadas estão sendo configuradas pela negação de direitos sociais conflitantes na forma de vida da população, pois a educação, neste caso, não pode ser pensada apenas como o acesso ou a permanência do aluno à escola, mas que as demandas que surgem estão ligadas, também e cada vez mais, às condições de vida desse aluno.

Enfatizamos, também, que o ideal neoliberal, principalmente no século XX, tem se instaurado no Brasil de maneira contundente nas políticas sociais. Na política de educação, precisamente, ele se instaurou sob a lógica do livre acesso às escolas sem dificuldade para as empresas experimentarem de seu bônus. A possibilidade de escolha de qual escola é a “mais adequada” para as famílias acabou fragmentando a Educação Pública no país, uma vez garantida como direito a toda sociedade.

Por isso, o século XXI já inaugura como alvo na economia do mercado financeiro a educação, passando a ser a mira do setor privado. A privatização da Educação nada mais passa de uma estratégia de investimento em tempos de crise econômica. Após a privatização das outras políticas e segmentos como saúde, segurança, transportes, serviços postais, etc., e a estagnação da mobilidade social resultaram na corrida pela excelência da escola. E isso tem modificado a visão que a sociedade tem sobre a escolarização, alterando a maneira como ela é assegurada, organizada e gerida (AKKARI, 2011).

Sabemos que a origem familiar não determina o destino dos alunos, mas a falta de investimento, também, na política de educação, acarreta danos para a sua formação e fazem diferença no progresso dos mesmos.

<sup>9</sup> Cf. CFESS. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/SS\\_na\\_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf).  
contato@cintedi.com.br

Para Gentili (1995, p. 216-217),

O Neoliberalismo só consegue impor suas políticas antidemocráticas na medida em que consegue desintegrar culturalmente a possibilidade mesma da existência do direito à educação e de um aparato institucional que tende a concretização de tal direito: escola pública.

Ele expressa a necessidade de estabelecer a hegemonia burguesa na nova configuração do capitalismo e, para isso, não se limita à esfera da formação da força de trabalho, mas também do ponto de vista ideológico na formação de pessoas que esta forma de sociabilidade possa atingir o horizonte máximo (TONET, 2014). No campo educacional, ataca a escola pública com uma série de estratégias privatizantes, mediante aplicação de políticas autoritárias, seletivas, descentralizadas e reformistas do ponto de vista cultural, capazes de apagar o teor ideológico da perspectiva de uma educação pública, democrática e de qualidade.

Sabemos que possibilitar o acesso e a permanência do aluno na escola vai além de verificar a sua presença em sala de aula e quando nos deparamos com a lógica neoliberal de “incluir os excluídos” nos faz remeter a ideia de que a própria dinâmica que sustenta o capitalismo é a desigualdade social. Portanto, toda e qualquer medida de “inclusão”, nesse cenário, não possibilita erradicar as desigualdades sociais. Embora a conjuntura atual nos mostre a tendência de restituição dos direitos a defesa do direito à educação, e neste caso também a, educação especial constitui-se como uma forma de resistência ao sistema que insiste em segregar.

### Referências Bibliográficas

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas educacionais**: transformações e desafios. Petrópolis, Vozes: 2011.

ALMEIDA, N. L. T. de. **O serviço social na educação**: novas perspectivas sócio-ocupacionais. Belo Horizonte, 2007 Disponível em:  
<<[http://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O\\_Servico\\_Social\\_na\\_Educacao\\_perspectivas\\_socio\\_occupacionais1.pdf](http://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_occupacionais1.pdf)>> Acesso em: 21 de mar. de 2018.

ALVES, Giovanni. A Natureza do Capitalismo Global: as contradições do capital no século XXI. In: MOTA, Leonardo de Araújo e. (Org.) **Capitalismo Contemporâneo**: olhares multidisciplinares. Campina Grande: EDUEPB, p. 17-43, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Inclusão: revista e educação especial**, v. 4. N. 1, jan.-jun. 2008. Brasil: MEC, 2008.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Senado Federal, 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, 1996.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BERTOLDO, E.; MOREIRA, L. A. L.; JIMENEZ, S. [orgs.]. **Trabalho, educação e formação humana frente à necessidade histórica da revolução**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

CHAVES, Vera L. J. Educação pública, gratuita e de qualidade na perspectiva do trabalho. In:

COSTA, M. da. A educação em tempos de conservadorismo. In: GENTILI, Pablo (Org). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 41-72, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social na Educação**. Grupos de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: DF, 2001. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/SS\\_na\\_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf). Acesso em: mar. 2018.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais (1994, Salamanca). 2. ed. Brasília: CORDE, 1997.

FERRARO, Alceu R. Neoliberalismo e políticas sociais: a naturalização da exclusão. **Estudos Teológicos**, v. 45, n. 1, p. 99-117, 2005.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação: Liberação de Recursos. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso em: abr. de 2018.

GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz T. da. **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas** Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo do IBGE**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 19 de Junho de 2017.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LÖWY, Michel. Estado, democracia e alternativa socialista na era neoliberal. Diálogo coordenado por Pablo Gentili, Luis Fernandes e Emilio Taddei. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo [orgs.]. **Pós-neoliberalismo II: que estado para que democracia?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTAÑO, C. E. O projeto neoliberal de resposta à 'questão social' e a funcionalidade do 'terceiro Setor'. **Revista Lutas Sociais**, NEILS/PUC-SP, São Paulo: Ed. Pulsar, n. 8, p. 53-64, 1. sem. 2002.

PACIEVITCH, T.; MOTIN, G.; MESQUIDA, P. **O mercado da pedagogia e a pedagogia de mercado: reflexos do neoliberalismo sobre a educação**. VIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 2008.

ROSS, Paulo Ricardo. Educação Inclusiva: da ideologia neoliberal às possibilidades e limites concretos. *Ponto de Vista*. V. 2, n. 2. Janeiro/dezembro, 2000.

SILVA, C. C.; GONZALEZ, M.; BRUGIER, Y. S. OMC em foco: a comercialização da educação na América Latina. In: HADDAD, S. (Org.) **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, p. 89-143, 2008.

TONET, I. **Atividades Educativas Emancipadoras**. Ver. *Práxis Educativa*, v. 9, n. 1, 2014.

TORRES, C. A. Estado, privatização e política educacional: elementos para uma crítica do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo (Org.) **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 16. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 103-128, 2009.

WITIZE, E. M.; SILVA, R. H. R. Políticas Educacionais e Inclusivas em tempo neoliberais: o dito, o não dito e o mal dito. **Argumentos Pró-Educação**, Pouso alegre, v. 1, n. 3, p. 370-391, set.- dez., 2016.